

## **Desconstitucionalização: PEC 06/19 impactará na vida financeira dos cidadãos e do País**

O auditor público externo e secretário geral da União Gaúcha, Filipe Leiria, ao abrir o Workshop Reforma da Previdência, descreveu a trajetória das entidades com a criação da Frente Gaúcha em Defesa da Previdência, de forma a criar uma voz única no Rio Grande do Sul, contra a proposta do governo federal de alterações na previdência. Tão logo a PEC foi anunciada e encaminhada ao Congresso Brasileiro as lideranças das 30 entidades que compõem a Frente, procuraram identificar os pontos mais críticos dessa reforma. A desconstitucionalização e a capitalização foram os eixos identificados como os mais críticos. “Eles não só transformavam a previdência, mas imprimiam um novo modelo de sociedade, um novo modelo de País. Foi difícil encontrar um campo maduro e desapaixonado para o debate. Queríamos fazer um debate republicano, legítimo. Fomos a uma série de audiências públicas junto com a OAB, percorremos esse Estado levando a compreensão daquilo que entendíamos serem os aspectos mais críticos. Nós falamos para quem é trabalhador do setor privado e quem é servidor público. Era com esse olhar que estávamos preocupados”, comentou Leiria.

Para ele, o contrato social está em desequilíbrio e é preciso verificar quais foram as partes que concorreram para isso. “Vemos o argumento da demografia como sendo um aspecto central, e como sendo extremamente grave que exige uma bala de prata única e só este modelo é que serve. E, esse modelo é o mesmo defendido nos documentos do Banco Mundial em 1994, que também era urgente e ele mudou a sua posição em 1995 reconhecendo que o Brasil tinha uma capacidade de criar proteção social.

De acordo com o auditor, o modelo de seguro social à ideia de uma poupança, como se apresentou na capitalização, não é um padrão brasileiro. “O nosso modelo é de seguridade social, e assim deve ser tratado”, defendeu. Além disso a PEC irá impactar no comércio local, no pequeno negócio, na circulação da economia. “A previdência não é tão somente uma questão encerrada na ideia do orçamento previdenciário. Ela também é um modelo de distribuição”.

No caso dos servidores públicos as injustiças são ainda maiores. “Os servidores públicos, em especial aposentados e pensionistas, cumpriram as regras do seu tempo, e não podem ser punidos por cumprirem uma regra existente em sua época. Punidos por uma regra que veio posteriormente. Não é razoável uma pessoa aposentada ser submetida a uma condição de ter que formar uma poupança depois que já perdeu a sua vitalidade ou seu maior período de vitalidade, por assim dizer”, comentou.

Filipe criticou a forma com que a Constituição Federal é interpretada no Brasil, tão elástica a ponto de não se saber o que é realmente de direito. Falou ainda

na ideia de confisco nas questões das contribuições extraordinárias e na ampliação da base de cálculo. “Afinal de contas até que ponto pode o Estado reter os vencimentos de um servidor a título de contribuir para um déficit previdenciário? Déficit que nós vamos ter que disputar, a partir de uma avaliação atuarial. Até que ponto se pode fazer isso?”, questionou. Nesta situação há uma questão de segurança jurídica extremamente precária, ou seja, a decisão sobre o que é confisco, ou não, nos tribunais superiores.

A suposta economia de R\$1 trilhão a ser obtida com a aprovação da PEC, tão anunciada pelo governo, será feita essencialmente através da redução dos benefícios previdenciários de trabalhadores vinculados ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social. Cerca de R\$800 bilhões desse R\$1 trilhão, virá da redução dos benefícios de trabalhadores que ganham até dois salários mínimos, aproximadamente 80% dos segurados do RPS. “Se há privilegiados neste País, eles não estão certamente na previdência. Teríamos que olhar para a contribuição social sobre o lucro líquido que foi reduzida de 15% para 20% no substitutivo. Teríamos de olhar para os R\$ 84 bilhões para o setor rural”, salientou Leiria ao relembrar a falta de debates e sem números aparentes da PEC.

Para finalizar sua apresentação, Filipe resumiu o que “está em curso neste País é a ideia da *financeirização* da vida, onde tudo aquilo que era um direito social assegurado viabilizado por uma política pública passa a ter que ser um elemento de intermediação financeira. Esta hipertrofia do setor financeiro se *aspecta* nos termos previdenciários naquilo que veremos aqui nos debates da PEC. Não somos contra a existência do setor financeiro, mas somos contra a ideia de uma hipertrofia dessa visão de que ele tem que sugar as economias reais de um País. Isso não é razoável. Faço votos de que nós consigamos superar esta etapa, e quem sabe colher frutos melhores para o futuro”.